



Nome do examinando:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Área:

Assinatura do examinando:

32.º Exame de Ordem

Aplicação: 27/5/2007

CADERNO DE PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL E DE TEXTOS DEFINITIVOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém uma proposta para redação de peça profissional e cinco questões práticas, acompanhadas de páginas para os respectivos textos definitivos.
- 2 Assine apenas no local apropriado, no cabeçalho desta página.
- 3 **Atenção! As páginas de textos definitivos deste caderno são os únicos documentos que servirão de base para a avaliação da sua prova práctico-profissional.**
- 4 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 5 Será permitida a consulta apenas à legislação, a livros de doutrina e a repertórios jurisprudenciais.
- 6 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Tanto na peça profissional quanto nas cinco questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecida será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto definitivo correspondente(s).
- 8 Caso a peça profissional e(ou) as respostas dadas às questões exijam identificação, utilize apenas a palavra ADVOGADO. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do examinando em local indevido.
- 9 É obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**. **Texto definitivo escrito a lápis será anulado**. Será também anulado texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Não amasse, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador nos espaços destinados à transcrição dos **textos definitivos**, sob pena de ter sua prova anulada.
- 11 Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substitutivo. **Lembre-se:** parênteses não podem ser utilizados para tal finalidade.
- 12 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PEÇA PROFISSIONAL

Paulo Castro (brasileiro, solteiro, administrador de empresas, CPF 000.000.001-00) e Sílvia Brandão (brasileira, solteira, secretária, CPF 222.222.222-22) mantiveram união estável entre janeiro de 2000 e abril de 2005, quando decidiram separar-se. O período de convivência não foi antecedido de qualquer convenção sobre o regime de bens dos companheiros. Como não haviam adquirido quaisquer bens durante aquele período, e como Sílvia, ao tempo da separação, se achasse desempregada, Paulo anuiu à permanência de Sílvia, por tempo indeterminado, no imóvel que até então servira de residência aos companheiros, situado no Rio de Janeiro, na Rua Ministro Viveiros de Castro, n.º 57, ap. 301, Copacabana. Tal imóvel fora adquirido por Paulo, mediante pagamento integral do preço, no ano de 1997.

Paulo retirou-se do imóvel, passando a morar em outro, tomado por ele em locação, situado, no mesmo bairro, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 245, ap. 501.

Passados dois anos do fim da união estável, Paulo promoveu a notificação extrajudicial de sua ex-companheira, exigindo-lhe a desocupação, no prazo de quinze dias, do imóvel situado na Rua Ministro Viveiros de Castro. A notificação foi efetivamente recebida por Sílvia em 2/5/2007.

O prazo concedido na notificação extrajudicial já se expirou, sem que Sílvia tenha deixado o imóvel, e Paulo deseja propor a ação judicial cabível para reaver o bem.

Diante da situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado constituído por Paulo, redija a petição inicial da ação a ser ajuizada pelo seu cliente.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 1/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 2/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

NÃO HÁ TEXTO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 3/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

NÃO HÁ TEXTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 4/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 1

Em 10/5/2004, Pedro estava dirigindo seu automóvel, de forma prudente, quando sofreu violenta batida de um outro veículo, cujo motorista avançara o sinal e que, além disso, se encontrava em velocidade incompatível com o prescrito nas leis de trânsito para aquele local. Posteriormente, apurou-se que o motorista imprudente apresentava alto teor alcoólico no sangue. Em consequência do acidente, Pedro sofreu sérias lesões nos braços e pernas e teve de ser removido em ambulância do Corpo de Bombeiros para o hospital mais próximo. Entretanto, no percurso para o hospital, a ambulância que transportava Pedro envolveu-se em grave acidente, tendo sido abalroada por ônibus da Viação Viaje Bem Ltda., que trafegava em alta velocidade e que, conforme apurado posteriormente, estava sem sistema de freios. Em consequência desse último acidente, Pedro faleceu, na própria ambulância, de traumatismo craniano. Você, como advogado, foi procurado em seu escritório, em 16/5/2007, pela família de Pedro (viúva com filhos absolutamente incapazes), que busca obter reparação pelos danos materiais e morais sofridos. O que você diria aos familiares da vítima? Fundamente.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 1PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 2

João casou-se com Maria em 1992, sob o regime da separação total de bens, instituído em pacto antenupcial válido. O casal teve dois filhos: José e Madalena. João morreu em outubro de 2006, *ab intestado*, deixando um patrimônio líquido no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

A propósito da situação hipotética acima, responda, de maneira fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- Qual é a fração do quinhão de cada herdeiro?
- Se a relação entre João e Maria fosse de união estável, haveria alguma diferença na partilha dos bens do *de cuius*? Em caso positivo, qual seria a fração do patrimônio atribuída a cada herdeiro?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 2

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 3

Carlos moveu ação de indenização de danos materiais e morais contra Antônio. A sentença, após exaustiva instrução probatória, julgou procedente o pedido quanto aos danos morais e, quanto aos danos materiais, concedeu apenas indenização dos danos emergentes, mas não dos alegados lucros cessantes, por entender que estes não haviam sido provados. Carlos e Antônio apelaram, mas o tribunal de justiça, por unanimidade, manteve integralmente a sentença. Na parte da motivação referente ao recurso de Carlos, o tribunal manifestou o entendimento de que os afirmados lucros cessantes efetivamente não restaram demonstrados. Carlos, então, interpôs recurso especial desse acórdão unânime, alegando violação ao art. 186 do novo Código Civil.

Com referência à situação hipotética acima, responda, de maneira fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- Embora reconhecendo a falta de prova dos alegados lucros cessantes, poderia ter o tribunal condenado Antônio ao respectivo pagamento, determinando que aquela prova, até ali considerada ausente, se fizesse em liquidação de sentença?
- O recurso interposto por Carlos deve ser admitido?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 3

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 4

No curso de processo de ação de cobrança de dívida contratual, o réu postulou a produção de prova pericial, argumentando que ela se destinava a demonstrar que os valores cobrados pelo autor não estavam de acordo com o contrato firmado pelas partes. O juiz de primeiro grau indeferiu a produção da prova postulada, denominando tal decisão de *sentença*. Inconformado com o indeferimento da prova cuja produção requerera, o réu interpôs recurso de apelação no último dia do prazo previsto na lei para a interposição desse recurso.

Acerca da situação hipotética acima, responda, de modo fundamentado, ao seguinte questionamento: à luz do requisito genérico de admissibilidade dos recursos consistente no cabimento, pode o tribunal conhecer do recurso interposto?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 5

Em ação indenizatória proposta por paciente que permanecera, durante alguns dias, internado no Centro de Terapia Intensiva do Hospital X, e que alegava ter ali contraído infecção hospitalar de natureza grave, a sociedade mantenedora daquele estabelecimento hospitalar se defendeu, alegando que: (a) o percentual de infecção hospitalar, naquele Hospital X, é inferior ao percentual tolerado em estabelecimentos do mesmo porte e de características semelhantes, de acordo com portaria do Ministério da Saúde; (b) o Hospital X mantém, durante as 24 horas do dia, avançado sistema de controle de infecções hospitalares. Realizada prova pericial, o perito do juízo formulou as seguintes conclusões: (a) que ambas as alegações da ré correspondiam à verdade; (b) que, a despeito disso, era provável que a infecção contraída pelo autor tivesse efetivamente ocorrido durante sua permanência no Hospital X.

Na situação hipotética acima descrita, aberta vista às partes para a apresentação de razões finais por escrito, o que você, na qualidade de advogado do autor, diria acerca das conclusões do laudo pericial?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!